

13	Introdução ■ Noémia Lopes
19	Capítulo 1: Consumos terapêuticos e pluralismo terapêutico ■ Noémia Lopes
19	Introdução
20	Parte I – Consumos terapêuticos: explorações teóricas e analíticas
20	1. Da farmacologização e da sua expansão
24	2. Do Natural e da sua reabilitação
27	3. Da noção de pluralismo terapêutico e da sua conceptualização
30	4. Pluralismo terapêutico: novas e velhas trajectórias sociais
32	Parte II – Consumos terapêuticos: retrato empírico e sociológico
32	5. Cartografia dos consumos terapêuticos
48	6. Modos de relação com os consumos terapêuticos
77	7. Pluralismo terapêutico e farmacologismo: as intermitências da pós-modernidade
82	Síntese conclusiva
83	Referências bibliográficas
87	Capítulo 2: Consumos terapêuticos e fontes de informação ■ Telmo Costa Clamote
87	Introdução
88	Parte I – O lugar da informação nas práticas sociais de saúde revisitado: do determinismo social à construção das lógicas de racionalidade leigas
89	1. A informação em contexto: a produção e problematização social das dinâmicas informacionais contemporâneas
93	2. A informação em processo: dos projectos de racionalização da saúde às dinâmicas de reflexividade social
97	3. Da objectivação das paisagens informacionais ao perspectivismo leigo

101	Parte II – Da informação à acção: trajectórias informacionais na constituição de consumos terapêuticos
101	4. A perspetivação leiga das paisagens informacionais: um retrato extensivo
112	5. Mapeamentos e trajectórias informacionais nas narrativas leigas: lógicas de envolvimento e lógicas de validação na relação com fontes de informação
133	6. Configurações de investimentos informacionais: coalescências da pluralidade informacional
150	7. A informação em acção: patamares de relação com a informação e configurações de consumos terapêuticos
154	Síntese conclusiva
155	Referências bibliográficas
159	Capítulo 3: Consumos terapêuticos, percepção e gestão do risco ■ Hélder Raposo
159	Introdução
160	Parte I – Da ubiquidade discursiva do risco ao seu enraizamento social
160	1. Ideologias de risco e de prevenção
162	2. O risco e as novas lógicas de investimentos terapêuticos
165	3. O risco nos territórios da racionalidade leiga
172	Parte II – Percepções e gestão do risco: do retrato extensivo à análise das narrativas leigas
172	4. Mapeamentos leigos do risco: retrato panorâmico
184	5. Modulações narrativas e lógicas leigas na relação com o risco: percepções sociais e modalidades de gestão prática
219	Síntese conclusiva
221	Referências bibliográficas
223	Capítulo 4: Consumos terapêuticos e investimentos de saúde ■ Elsa Pegado
223	Introdução
224	Parte I – Do discurso público sobre saúde às concepções e práticas dos indivíduos
224	1. Salutocracia e medicalização
225	2. Promoção da saúde: a ideologia da prevenção
226	3. A ideologia da responsabilização individual e a moralização dos estilos de vida
227	4. Saúde e doença crónica
228	5. Saúde e corpo: entre o ascetismo e o hedonismo
229	6. Concepções e práticas de saúde dos indivíduos
230	Parte II – Concepções e investimentos de saúde: regularidades e narrativas
231	7. Concepções e investimentos de saúde: retrato extensivo
239	8. Concepções e investimentos de saúde: análise de narrativas
263	Síntese conclusiva
265	Referências bibliográficas

267 **Capítulo 5: Consumos terapêuticos: notas e reflexões metodológicas ■**
Carla Ferreira Rodrigues

267 Introdução

267 **1.** Estratégias de investigação: a «triangulação metodológica»

270 **2.** Os instrumentos de recolha de informação: do questionário à entrevista

272 **3.** Universos e contextos de investigação

276 **4.** Sobre o tratamento dos dados

279 **5.** Algumas reflexões metodológicas para o estudo dos consumos terapêuticos

281 Referências bibliográficas

283 **Anexos**

285 Inquérito por Questionário

305 Guião de Entrevista

309 Sociografia das Amostras

O tema do presente livro organiza-se em torno dos consumos medicamentosos e da sua contextualidade social e cultural. Do leque de consumos considerados, são privilegiadas três categorias em particular: os fármacos (ou medicamentos *químicos*), os medicamentos *naturais* e os alimentos terapêuticos (ou alimentos *funcionais*, ou *nutracêuticos*).

A par da análise sobre cada uma destas categorias, elege-se como enfoque central as práticas de *pluralismo terapêutico*, aqui entendidas como o uso conjugado ou alternado de recursos medicamentosos de natureza diversa. Neste quadro analítico, sustenta-se que os consumos de pluralismo terapêutico tendem a constituir um padrão característico das culturas terapêuticas das sociedades contemporâneas, sem que tal exclua uma simultânea expansão de formas várias de *farmacologização* do quotidiano.

O suporte para esta incursão temática resulta de uma investigação sociológica recentemente concluída, e de cujo enquadramento geral se antecipa aqui uma brevíssima explanação.

A opção de empreender uma pesquisa sobre consumos terapêuticos, e especificamente sobre consumos de pluralismo terapêutico, decorreu de diversas ordens de razão. Desde logo, uma razão de teor prático, que se prende com a escassez de informação empírica neste campo. Com efeito, existe uma generalizada percepção social sobre o aumento dos consumos medicamentosos, tanto farmacológicos como naturais, mas cujos contornos sociais e sociográficos são relativamente desconhecidos, designadamente quanto à sua expressão na sociedade portuguesa. Por outro lado, e particularmente no que respeita ao *pluralismo terapêutico*, trata-se de um quadro de práticas e lógicas de consumo que enuncia novas problemáticas sociológicas, e cuja exploração analítica e conceptual se afigura decisiva para apreender as dinâmicas sociais e os nexos de causalidade que moldam as actuais práticas e trajectórias medicamentosas dos indivíduos.

Efectivamente, as modalidades de pluralismo terapêutico actualmente emergentes constituem uma expressão de novos sincretismos sociais nas práticas de saúde. Tal é manifesto a diversos títulos: por um lado, são práticas que congregam recursos medicamentosos tra-

dicionalmente inscritos em lógicas de consumo e em ideologias terapêuticas aparentemente distintas; por outro lado, tais recursos medicamentosos reportam a desiguais enquadramentos institucionais e estão subordinados a lógicas diversas na sua regulação pública; e ainda, são recursos medicamentosos tradicionalmente associados a diferentes percepções culturais e (ou) ideológicas sobre as respectivas legitimidades terapêuticas e sobre as correspondentes tutelas periciais e profissionais.

Assim, outra ordem de razão que conduziu ao presente estudo, e que constituiu os consumos terapêuticos e as suas lógicas e racionalidades sociais, simultaneamente, em objecto e em campo de investigação, prende-se com o estado da arte nesta matéria. Embora comece a registar-se alguma produção de indicadores – geralmente de carácter institucional ou originária de estudos de mercado – sobre o consumo das três categorias medicamentosas em foco, no que respeita ao trabalho mais analítico o seu desenvolvimento encontra-se num estágio ainda incipiente. Concretamente, em termos de abordagem sociológica, os escassos trabalhos disponíveis têm-se orientado sobretudo para segmentos medicamentosos delimitados, e para a sua leitura autonomizada, e não tanto para o modo como se conjugam os diferentes consumos farmacológicos e os consumos naturais nas trajectórias de gestão terapêutica. Acresce, também, que os fármacos e a sua processualidade social só muito recentemente se constituíram em objecto de investigação sociológica, ao contrário de outras modalidades terapêuticas – particularmente no âmbito das medicinas alternativas – que têm um espaço de investigação mais antigo e consolidado na produção académica.

A hipótese geral que presidiu à condução do desenho da pesquisa assenta no pressuposto de que está a ocorrer uma reconfiguração nas práticas de consumos terapêuticos. Tal reconfiguração corresponde a um tendencial retraimento de consumos de ordem estritamente farmacológica ou de ordem estritamente natural – isto é, um retraimento de práticas e lógicas de fechamento (ou exclusivismo) terapêutico –, e cujo reverso se expressa numa progressiva disseminação de trajectórias ancoradas em lógicas de pluralismo terapêutico. Sustenta-se ainda que a actual reconfiguração dos universos terapêuticos ultrapassa o estrito âmbito dos consumos, e da sua pluralização, e reflecte-se na pluralização de novos investimentos reflexivos e de novos quadros de referência, mobilizados na gestão dos quotidianos de saúde.

A prossecução dos objectivos estabelecidos para esta investigação conduziu a um enfoque analítico bastante mais amplo do que o inicialmente previsto. Com efeito, caracterizar e situar as práticas de pluralismo terapêutico tornou-se um exercício de operacionalização teórica e metodológica que implicou um levantamento sobre os consumos terapêuticos na sua larga globalidade. Obteve-se assim um mapeamento da expressão de diferentes tipos de recursos terapêuticos – farmacológicos e naturais – nas trajectórias individuais, a partir do qual foram tomando forma as regularidades e configurações sociais deste universo, e onde foram assumindo visibilidade os consumos de pluralismo terapêutico. Esta ampliação do enfoque deixou então disponível uma vasta informação no âmbito das lógicas e racionalidades em que se inscrevem os modos de relação com os diferentes tipos de recursos medicamentosos aqui visados. Deste modo, permitiu traçar um quadro socio-gráfico e analítico sobre as disposições sociais de adesão, de recusa ou de alheamento, quanto

ao uso de cada uma das categorias medicamentosas em análise e, designadamente, permitiu dar conta da contextualidade e contingencialidade que organiza os consumos e as trajectórias terapêuticas dos indivíduos. As percepções de risco que recaem sobre os diferentes tipos de recursos medicamentosos, bem como as estratégias de gestão do vasto fluxo informacional que atravessa os quotidianos terapêuticos, e ainda as concepções gerais de saúde subjacentes a diferentes configurações de consumos terapêuticos, constituíram os enfoques estruturais para a reconstituição analítica da fenomenologia social que enforma os universos terapêuticos.

O suporte empírico da pesquisa teve por base uma amostra nacional representativa (n = 1509) e uma amostra de conveniência (n = 400), esta última constituída a partir de inquiridos contactados em Centros de Saúde e em Lojas de Dietética, respectivamente em Lisboa e na Guarda. A inclusão de ambas as amostras no estudo decorreu de opções metodológicas de triangulação – método que presidiu também aos processos de recolha e tratamento da informação –, e cujos critérios de constituição se detalham no capítulo relativo à metodologia (Capítulo 5). No seu conjunto, estas amostras sustentaram a análise extensiva, com recurso à aplicação (presencial) de um inquérito por questionário. Em fase posterior, e sequencial à análise dos dados extensivos, foi realizado um total de 75 entrevistas semi-directivas, a indivíduos anteriormente inquiridos e seleccionados da amostra de conveniência a partir de critérios de amostragem por quotas.

Para a apresentação do estudo, no presente livro, procedeu-se à sua organização num conjunto de cinco capítulos que, mantendo-se interdependentes enquanto produto da mesma pesquisa e de um trabalho colectivo, se constituem em conteúdos autónomos e se autonomizam na respectiva autoria. A estrutura de cada capítulo segue um padrão comum: é constituída por uma primeira parte onde se procede ao enquadramento e à discussão teórica da correspondente dimensão temática em análise, e por uma segunda parte onde são apresentados os dados empíricos e analisados e discutidos os seus resultados.

O primeiro capítulo tem como tema os *consumos terapêuticos e o pluralismo terapêutico*. Aí é problematizada a noção de pluralismo terapêutico e intentados alguns contributos estruturantes para a sua conceptualização. É também sustentada a relevância de constituir o pluralismo terapêutico num novo objecto teórico, no sentido em que tal permitirá ganhos heurísticos decisivos para a apreensão das actuais transformações sociológicas no universo das práticas terapêuticas. Na apresentação dos dados empíricos é elaborada a sociografia dos consumos medicamentosos, deixando patentes algumas das categorias terapêuticas mais salientes nas actuais formas de farmacologização do quotidiano. As lógicas de constituição do pluralismo terapêutico são aqui reconstituídas, permitindo trazer a lume a sua coexistência com configurações de consumos terapêuticos de sinal (aparentemente) contrário: consumos de pendor predominantemente farmacológico, ou predominantemente natural. Tal coexistência é discutida em dois sentidos: por um lado, através da identificação de uma matriz sócio-cultural e geracional que se revela modeladora de diferentes tendências de consumo terapêutico; por outro lado, dando conta de que o próprio pluralismo terapêutico constitui uma configuração matizada por regularidades

distintas quanto às lógicas e circunstâncias de adesão e de consumo relativamente ao farmacológico ou (e) ao natural.

Num segundo capítulo, o enfoque temático recai sobre os *consumos terapêuticos e fontes de informação*. Aqui é feita a discussão do lugar que a informação sobre saúde, bem como as suas diferentes fontes e canais de difusão, detêm nas práticas de consumo terapêutico. A processualidade das formas de validação e apropriação leiga dessa informação é discutida sob distintos ângulos, fazendo emergir as descontinuidades socialmente invisíveis que atravessam este campo, e que se desenrolam sob o manto das instituídas hierarquias de legitimidade e credibilidade informacional. A partir da análise dos dados empíricos é então mapeada a expressão dos diferentes investimentos informacionais presentes nas práticas de consumo terapêutico; tal deixa patente uma estreita correlação entre diferentes configurações de consumos terapêuticos e diferentes regularidades sociais em termos das fontes e estratégias informacionais mobilizadas. Neste âmbito, o pluralismo terapêutico revela-se como instância onde se entrecruza uma pluralidade de modos e lógicas de gestão informacional, em relativa descontinuidade com as restantes configurações de consumos terapêuticos, nas quais sobressai um tendencial estreitamento e uma maior uniformidade em matéria de investimentos e usos da informação.

Num terceiro capítulo, o foco temático remete para os *consumos terapêuticos, percepção e gestão do risco*. Aqui a discussão teórica sobre a semântica social do risco nas sociedades actuais, especificamente no âmbito da saúde, é alargada e particularizada quanto à sua expressão a nível dos recursos terapêuticos farmacológicos ou naturais. A subsequente incursão analítica sobre os dados empíricos da investigação permite reconstituir diferentes concepções de risco, de eficácia e de valor terapêutico, associadas aos diferentes tipos de recursos medicamentosos. A par de um mapeamento da reorganização das concepções terapêuticas em torno do risco, bem como das regularidades sociais que estas formam, são exploradas as interdependências entre essas concepções e a sua expressão nas diferentes configurações de consumos, e especificamente na configuração de pluralismo terapêutico. Mais do que as diferenças nas percepções de risco, é nos seus modos de gestão que as dissemelhanças entre cada uma das configurações de consumo terapêutico sobretudo se salientam.

Num quarto capítulo, o âmbito temático é direccionado para os *consumos terapêuticos e investimentos de saúde*. As ideologias de saúde, e sobretudo a sua expressão nas modalidades práticas de investimentos neste domínio, são discutidas à luz da actual centralidade discursiva que a saúde e a responsabilidade individual pela sua gestão têm assumido. Na apresentação dos dados empíricos são reconstituídos padrões de práticas e de discursos sobre a saúde, os quais manifestam a heterogeneidade social que coabita o espaço das ideologias instituídas neste âmbito. Também nesta vertente da investigação é estabelecida a relação entre os mapeamentos ideológicos e a sua associação a diferentes configurações de consumos terapêuticos e, novamente, com particular incidência sobre os consumos de pluralismo terapêutico. É nesta outra instância do ideológico que a imbricação de interdependências que ligam os consumos terapêuticos e os padrões discursivos sobre a saúde se revelam mais indistintos nos seus nexos de causalidade. Sob os mesmos discursos, as

práticas revelam-se amiúde distintas, o que dá conta da contingencialidade destas últimas, mas também da versatilidade que em matéria de saúde os discursos podem comportar.

O quinto capítulo encerra a apresentação de todo este percurso analítico com as *notas e reflexões metodológicas*. Aqui são explanados os procedimentos, as técnicas e as opções metodológicas que presidiram à operacionalização da componente empírica da pesquisa. À narrativa descritiva junta-se a reflexão mais geral sobre os desafios metodológicos e instrumentais que a investigação no âmbito dos consumos terapêuticos coloca, tanto quanto sobre as potencialidades heurísticas e sociológicas que tais desafios enunciam.

Resta acrescentar que o percurso temático e analítico da investigação que aqui se apresenta visou cumprir um duplo objectivo – o de assegurar a sua relevância social e académica – o qual se considera alcançado.

Em matéria de relevância social, refira-se que a presente investigação deixa disponível um retrato sociográfico extensivo sobre os consumos terapêuticos na sociedade portuguesa, vindo responder ao défice de informação analítica neste âmbito. A par da sua extensividade, esse retrato tem como mais-valia o facto de conjugar tanto recursos farmacológicos como naturais, o que, por sua vez, abre espaço para um conhecimento mais aprofundado sobre as tendências de recomposição dos universos terapêuticos. Deixa igualmente disponível um conjunto de mapeamentos específicos: sobre os diversos meios e fontes informacionais que os indivíduos accionam no âmbito das suas práticas e consumos terapêuticos; sobre as desiguais percepções de risco associadas aos diferentes tipos de consumos; sobre as distintas concepções de saúde e os modos variáveis de nela investir. Também quanto a estes mapeamentos, a sua mais-valia não se confina à extensividade da informação que comportam, mas estende-se aos níveis de articulação que estabelece entre os tipos de consumos e cada uma das dimensões respectivas. A amplitude da informação produzida, tanto quanto a visibilidade que vem trazer a um universo ainda muito pouco explorado, constitui um recurso de instrumentalidade, porventura, não despicienda para os agentes sociais no campo da saúde – profissionais e decisores institucionais, em particular – em matéria de avaliação, planeamento e intervenção no complexo âmbito dos consumos terapêuticos e das lógicas sociais que lhes presidem.

Quanto à relevância académica do presente trabalho, destacam-se as incursões teóricas e os investimentos conceptuais nele explorados, os quais abrem para um novo campo de análise. De facto, abrem para novas problemáticas e suscitam novos entendimentos sobre o espaço analítico que os consumos terapêuticos começam a justificar. Talvez o tradicional lugar teórico de *fim de linha*, que tais consumos têm mantido – isto é, representarem práticas sociais cuja materialidade analítica tem sido diluída nas lógicas ou concepções de saúde – comece, na actual contemporaneidade de crescente farmacologização do quotidiano, a justificar uma outra redefinição do seu descurado estatuto teórico. Os diversos enfoques analíticos que aqui se desenvolvem poderão traduzir-se num contributo oportuno para tal reflexão no quadro mais alargado da sociologia da saúde.

Como nota final desta apresentação introdutória, cumpre tornar público um conjunto de agradecimentos a pessoas e instituições, cujo contributo para a concretização da investigação aqui divulgada foi particularmente relevante. Desde logo, o agradecimento às duas entidades financiadoras da investigação, respectivamente identificadas na informação de abertura deste livro, sendo que sem a sua dupla participação a possibilidade de alargar a pesquisa empírica a nível nacional teria ficado inviabilizada. Aos consultores do projecto, nas três vertentes de especialização – estatística, farmacêutica e sociológica –, igualmente apresentados na informação de abertura, um especial e amigável agradecimento. Também amigável, o agradecimento à consultoria informal e sempre pronta do colega e sociólogo Rui Brites. Aos Directores dos Centros de Saúde onde se procedeu à aplicação dos questionários, assim como aos responsáveis das Lojas Dietéticas, onde a aplicação também decorreu, um sincero agradecimento pela autorização concedida e pela colaboração e disponibilidade que mantiveram para atender às diversas solicitações que em tempos diferidos lhes foram endereçadas. Finalmente, um particular agradecimento a todos aqueles que se disponibilizaram a responder ao extenso questionário usado nesta investigação; e tão particular quanto reiterado, o agradecimento a todos quantos, mais tarde, voltaram a disponibilizar-se para ser entrevistados.

Noémia Mendes Lopes. Doutorada em sociologia, professora associada do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz e da Escola Superior de Saúde Egas Moniz, investigadora do CIES, ISCTE-IUL. Tem desenvolvido investigação no domínio da sociologia da saúde e das profissões de saúde. Mais recentemente, tem trabalhado também sobre a temática do medicamento, das práticas de automedicação e sobre a problemática da farmacologização das sociedades contemporâneas.

Carla Ferreira Rodrigues. Mestrado em sociologia, investigadora do CIES, ISCTE-IUL. Tem desenvolvido investigação no domínio da sociologia da saúde e em projectos de saúde e desenvolvimento em contextos africanos. Mais recentemente, começou a trabalhar sobre a temática da educação e tecnologias da comunicação e informação e os processos de transição para a sociedade do conhecimento.

Elsa Pegado. Mestrado em sociologia, investigadora do CIES, ISCTE-IUL, docente na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e na Fundação ISCTE. Tem desenvolvido investigação nos domínios da pobreza e exclusão social, da avaliação de políticas públicas e da sociologia da saúde. Neste último domínio, tem trabalhado especificamente sobre a temática das medicinas alternativas e complementares, a qual constitui objecto da tese de doutoramento em sociologia que se encontra a desenvolver.

Hélder Raposo. Mestrado em sociologia, professor adjunto da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, investigador do CIES, ISCTE-IUL. Tem desenvolvido investigação no domínio da sociologia da saúde e da ciência. Mais recentemente, no âmbito do doutoramento em sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, tem trabalhado sobre as reconfigurações epistemológicas na medicina contemporânea, concretamente sobre a problemática da Medicina Baseada na Evidência.

Telmo Costa Clamote. Mestrado em sociologia, assistente na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa e na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, e investigador do CIES, ISCTE-IUL. Tem desenvolvido reflexão e investigação no âmbito da sociologia da saúde, tangencialmente aos estudos sociais da ciência, na intersecção entre enquadramentos macrossociológicos e a fenomenologia de práticas e racionalidades sociais na saúde, particularmente em domínios como o pluralismo médico e o associativismo de doentes.